

As Representações de Gênero na Docência: Uma Análise das Provas de Matemática do SAEB¹

*Las Representaciones de Género en la Docencia: Un Análisis de las
Pruebas de Matemáticas del SAEB*

*Gender Representations in Teaching: An Analysis of SAEB Mathematics
Exams*

Eloá Evangeline dos Santos²

Patrícia Ignácio³

Resumo

Neste estudo objetiva-se analisar as representações de gênero nas provas de matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) dos anos de 1997 e 2009, com foco nas representações de gênero associadas à docência. A pesquisa fundamenta-se nos Estudos Culturais e de Gênero, com referência a autores como Butler (2003), Camozzato (2014), Costa, Silveira e Sommer (2003), Louro (2003 e 2020) e Silva (1999 e 2010), Scott (1995), entre outros. Por meio de uma pesquisa qualitativa e de procedimento documental, identificamos a frequência e o contexto em que os termos "professor" e "professora" aparecem, além das associações com cargos de liderança. Os resultados sugerem a predominância de uma representação feminina da docência nos materiais avaliativos, reforçando estereótipos de gênero que associam o magistério à figura feminina e a liderança à figura masculina, o que evidencia a persistência de hierarquias de gênero na educação básica.

Palavras-Chave: Gênero; Docência; Estudos Culturais; Currículo; SAEB.

Resumen

En este estudio, se tiene como objetivo analizar las representaciones de género en las pruebas de matemáticas del Sistema de Evaluación de la Educación Básica (SAEB) de los años 1997 y 2009, con un enfoque en las representaciones de género asociadas a la docencia. La investigación se basa en los Estudios Culturales y de Género, tomando como referencia a autores como Butler (2003), Camozzato (2014), Costa, Silveira y Sommer (2003), Louro (2003 y 2020), Silva (1999 y 2010), Scott (1995), entre otros. Mediante una investigación cualitativa y un procedimiento documental, identificamos la frecuencia y el contexto en que aparecen los términos "profesor" y "profesora", además de las asociaciones con cargos de liderazgo. Los resultados sugieren la predominancia de una representación femenina de la docencia en los materiales evaluativos, reforzando estereotipos de género que asocian la enseñanza a la figura femenina y el liderazgo a la figura masculina, lo que

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar- EHM e IX Congresso Latino- Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, 2024.

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN; Natal; Rio Grande do Norte; Brasil; eloasantos.704@ufrn.edu.br.

³ Pós-Doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN; Natal; Rio Grande do Norte; Brasil; patricia.ignacio@ufrn.edu.br

evidencia la persistencia de jerarquías de género en la educación básica. Palabras-clave: Aproximadamente cinco palabras claves o frases, separados por punto y coma.

Palabras clave: Género; Docencia; Estudios Culturales; Currículo; SAEB.

Abstract

In this study, the objective is to analyze gender representations in the mathematics exams of the Basic Education Evaluation System (SAEB) from the years 1997 and 2009, with a focus on gender representations associated with teaching. The research is based on Cultural and Gender Studies, referencing authors such as Butler (2003), Camozzato (2014), Costa, Silveira, and Sommer (2003), Louro (2003 and 2020), Silva (1999 and 2010), Scott (1995), among others. Through qualitative research and a documental procedure, we identified the frequency and context in which the terms "teacher" (male) and "teacher" (female) appear, as well as associations with leadership positions. The results suggest the predominance of a feminine representation of teaching in the assessment materials, reinforcing gender stereotypes that associate teaching with a feminine figure and leadership with a masculine one, highlighting the persistence of gender hierarchies in basic education.

Keywords: Gender; Teaching; Cultural Studies; Curriculum; SAEB.

1. Introdução

As questões de gênero têm sido foco de inúmeras pesquisas, incluindo o campo dos Estudos Culturais em Educação. Judith Butler (2003), por exemplo, propõe que o gênero é uma construção social e cultural, performada e repetida, e não uma característica essencial ligada ao sexo biológico. Em vez de ser uma expressão natural, ele é moldado por normas culturais que determinam o "masculino" e o "feminino". De acordo com os Estudos Culturais, o currículo também é entendido como um artefato social e culturalmente construído, que expressa significados e reflete relações de poder, uma perspectiva discutida por Costa, Silveira e Sommer (2003).

No Brasil, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) atua como uma ferramenta para mensurar a qualidade educacional; contudo, seus materiais também refletem aspectos culturais, históricos e sociais que podem influenciar a percepção dos papéis de gênero. Partindo desse entendimento, o estudo investiga a representação de gênero na docência nas provas de matemática do SAEB, considerando a feminização da profissão e o contexto histórico que consolidou esse cargo como uma ocupação predominantemente feminina.

Assim sendo, o objetivo deste trabalho é analisar as representações de gênero nas provas de matemática do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) dos anos de 1997 e 2009, com foco nas representações de gênero associadas à docência. A pesquisa adota uma

abordagem qualitativa, com uma análise das questões das provas selecionadas, buscando identificar a frequência e o contexto em que os termos "professor" e "professora" são mencionados, bem como suas associações com cargos de liderança e gestão.

2. GÊNERO E TRABALHO: A FEMINIZAÇÃO DA DOCÊNCIA

Inicialmente, a docência era uma profissão predominantemente masculina. No entanto, no final do século XIX, nos anos finais do período imperial, as escolas normais – instituições criadas para a formação de professores – passaram a admitir mulheres em seus cursos. Simultaneamente, diversos países, incluindo o Brasil, iniciaram a ampliação do acesso à educação pública primária, como parte de projetos de modernização e democratização. Conforme Vianna (2002), a docência feminina se consolidou nesse contexto, sob a responsabilidade do Estado, estando diretamente relacionada à expansão do ensino público primário.

Além disso, Pereira (1967) e Louro (2020) discutem que a docência foi atribuída às mulheres por ser considerada uma vocação natural, associada ao conceito de "sacerdócio", já que o "instinto maternal" era visto como uma característica estereotipada de um "bom professor". Nesse mesmo sentido, Souza (2004) e Louro (2020) também ressaltam que virtudes tradicionalmente atribuídas às mulheres, como doçura, paciência e bondade, passaram a ser consideradas qualidades indispensáveis para o exercício da profissão docente. Nesse contexto, o conceito de gênero, segundo Joan Scott (1995), ajuda a entender como a docência foi construída culturalmente como um espaço "natural" para as mulheres, reforçando uma hierarquia onde o papel feminino é vinculado ao cuidado e à educação das crianças. Scott observa que o gênero vai além da biologia e é estruturado por normas e símbolos que atribuem papéis sociais, legitimando identidades e profissões que atendem a expectativas tradicionais de comportamento feminino.

Ribeiro (2015) destaca que a presença feminina na docência não é fruto do acaso, mas é resultado de fatores históricos e culturais que consolidaram a ideia de que o magistério seria uma ocupação "natural" para mulheres. Um dos fatores significativos foi que, no século XIX, houve uma intensa luta das mulheres para obter acesso não apenas à educação, mas também a empregos remunerados. Em sintonia com esse pensamento Louro (2020) destaca que o trabalho, embora essencial para a sobrevivência, era visto como uma potencial ameaça à identidade feminina, pois poderia afastar as mulheres de suas responsabilidades familiares,

dos afazeres domésticos, da alegria da maternidade e da pureza associada ao lar. Outrossim, a autora ainda acrescenta que acreditava-se que o magistério era adequado para as mulheres por ser uma ocupação de "um só turno", permitindo que cumprissem suas obrigações domésticas no restante do dia.

Nesse contexto, Ribeiro (2015) aponta três fatores interligados que influenciaram essa dinâmica da feminização da docência: a baixa atração dos homens pelas Escolas Normais devido aos salários insatisfatórios; as pressões das mulheres por mais direitos; e a visão ideológica de que o papel histórico das mulheres como educadoras no lar deveria se estender ao magistério, perpetuando a estrutura patriarcal.

3. ESTUDOS CULTURAIS, CURRÍCULO E GÊNERO

No Brasil, as discussões sobre Estudos Culturais começaram a ganhar força nos anos 1990, influenciadas, principalmente, pelas vertentes pós-estruturalistas. A entrada dos Estudos Culturais no campo educacional foi especialmente marcante, com eventos como o Seminário "O Currículo nos Limiar do Contemporâneo" em 1996, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sendo um dos primeiros a articular Estudos Culturais com o currículo, abordando temas como política cultural, diferenças de gênero e raça, e identidade, o que abriu caminho para a incorporação de análises culturais e críticas sobre a educação e o currículo no Brasil (Costa; Wortmann; Bonin, 2016).

Pensando no currículo, os autores citados anteriormente, nos possibilita pensar no quanto os Estudos Culturais trazem uma nova visão sobre currículo, questionando a concepção tradicional, que o entende apenas como o conjunto de conteúdos e atividades escolares. Ampliando, então, sua definição para incluir práticas culturais e saberes que permeiam a vida cotidiana, como as mídias, publicidades e outras produções culturais, que também ensinam modos de ser e viver. Além de que os Estudos Culturais também contribuem para que o currículo seja visto como um espaço de construção de identidades, onde se discutem marcadores sociais, como etnia, sexualidade, classe e gênero.

Ao analisar o conceito de currículo por meio dos Estudos Culturais, percebe-se que o conhecimento e o currículo podem ser compreendidos como “campos culturais, como campos sujeitos à disputa e a interpretação, nos quais os diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia” (Silva, 1999, p. 135 apud Costa, Silveira e Sommer; 2003, p.58). Em

consonância com essa perspectiva, Costa, Silveira e Sommer (2003) discutem que o currículo, por ser uma construção cultural, representa o resultado de disputas de poder, onde os saberes e práticas que o compõem buscam moldar tipos específicos de sujeitos e identidades sociais.

Ademais, Munhoz e Hattge (2016) entendem o currículo como uma ferramenta de governança e regulação com função educativa, que orienta e delimita o comportamento dos indivíduos e a organização dos conteúdos, estabelecendo assim fronteiras e direções dentro do ambiente escolar. Essa perspectiva indica que o currículo não só direciona o que é aprendido, mas também define as normas e valores que se reproduzem dentro das práticas escolares.

Considerando essa função reguladora, as normas, métodos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos e processos de avaliação, observa-se que eles não apenas refletem, mas também perpetuam distinções de gênero, sexualidade, etnia e classe (Louro, 2003). Em outras palavras, o currículo pode agir para reforçar as diferenças sociais, tornando-se um campo onde as desigualdades podem ser mantidas e, em certa medida, naturalizadas.

Assim, se o currículo estabelece os limites do que é valorizado e reproduzido, ele também influencia diretamente as avaliações em larga escala, como o SAEB, reforçando certas representações e marginalizando outras. Sob uma leitura das teorias pós-críticas, o currículo passa a incluir as linhas formadoras que atravessam intensamente o tecido cultural, manifestando-se em diversas produções culturais que delineiam sentidos e significados (Silva Junior, 2023).

Dessa forma, o currículo é um espaço onde se constroem sentidos e significados em relação a diversos campos e atividades sociais, trabalhando com significados já estabelecidos e materiais culturais existentes (Silva, 2010). Isso coloca o currículo como um espaço onde normas e práticas sociais são validadas e incorporadas no processo educacional, revelando que o que é ensinado, avaliado e valorizado nas escolas.

Costa, Silveira e Sommer (2003) ampliam essa análise ao demonstrar que o conceito de gênero, inicialmente secundário nas críticas ao currículo, foi incorporado de forma semelhante ao conceito de classe. Embora o foco inicial estivesse nas desigualdades de classe social, o feminismo destacou como o currículo também reforça desigualdades de gênero e

raça, evidenciando que relações de poder são moldadas tanto pelo capitalismo quanto pelo patriarcado. Essa abordagem multifacetada da desigualdade, apresentada por Tomaz Tadeu da Silva, ressoa com a perspectiva interseccional de Côrrea, que, com base nos estudos culturais, enfatiza a importância de uma análise que considere diversos aspectos simultaneamente, em vez de isolá-los.

Complementando essa perspectiva, Silva, no capítulo 8 de Territórios Contestados, ressalta que o pensamento educacional brasileiro é influenciado por valores machistas e patriarcais. Embora a docência no ensino básico seja majoritariamente ocupada por mulheres, a visão predominante sobre a educação ainda é moldada por uma perspectiva masculina. Isso reforça a necessidade de reavaliar o currículo e os processos educacionais para desconstruir as desigualdades inerentes ao sistema.

3. SAEB

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), mais conhecido como "Prova Brasil", é conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Foi implementado em 1990, e inicialmente tinha um propósito amostral. Desde 2005, seu principal objetivo é avaliar a qualidade da educação básica, abrangendo as seguintes etapas: educação infantil, ensino fundamental (2º, 5º e 9º anos) e ensino médio (3º e 4º anos). Os resultados obtidos por meio dessa avaliação possibilitam ao Inep a geração de indicadores que auxiliam na compreensão do panorama educacional brasileiro, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A partir desses indicadores, são formuladas políticas públicas voltadas para a melhoria da educação no país.

O SAEB também inclui questionários aplicados a alunos, professores, diretores e gestores municipais de educação. Estes questionários têm o intuito de investigar questões que permeiam o ambiente escolar e os aspectos socioeconômicos que podem influenciar o desempenho dos estudantes. Além da avaliação de matemática e língua portuguesa, o SAEB engloba testes em outras áreas do conhecimento de forma amostral, como ciências naturais e ciências humanas. As aplicações ocorrem a cada dois anos, sendo a última em 2023. Dada a relevância do SAEB no sistema de ensino da Educação Básica de nosso país, optou-se por acioná-lo como material empírico deste estudo.

4. METODOLOGIA

O presente estudo tratou de uma abordagem qualitativa, a qual permitiu explorar como a docência é representada em termos de gênero, o que vai além da simples contagem de ocorrências. Segundo Prodanov (2013, p.70), "a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa" e "o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave". Além disso, os procedimentos adotados caracterizam-se como uma pesquisa documental, uma vez que o objeto da pesquisa é a avaliação do SAEB. Conforme Gil (2002, p.28-29), "a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa".

Considerou-se a prova como um artefato cultural, conforme discutido nas notas do artigo de Camozzato (2014) um artefato cultural pode ser entendido como um objeto que carrega significados culturais atribuídos por diferentes grupos. Eles surgem a partir de disputas e embates entre esses grupos, envolvendo relações de poder. Assim, o valor cultural de um artefato não está no objeto em si, mas nas interpretações e nos sentidos que as pessoas constroem em torno dele.

Em vista disso, a avaliação não é apenas um conjunto de provas ou métricas de desempenho, mas reflete tanto os valores, crenças e culturas de uma sociedade quanto às relações de poder. Para a análise foram utilizadas as provas de matemática do SAEB disponibilizadas no site do Inep. Inicialmente, foram baixadas duas provas: a avaliação de 1997, por ser a prova de matemática mais antiga disponível, e a última prova disponibilizada, que é a de 2009, ambas referentes ao 9º ano (8ª série). A prova de 1997, apesar de haver diversos cadernos disponíveis, observamos que, devido ao uso de blocos de itens repetidos, muitas questões se repetem entre eles. Então, para a análise, selecionamos os primeiros cadernos que incluíam em seus enunciados as terminologias "professora" e "professor"

Para a avaliação das questões, foram consideradas todas aquelas que envolviam a docência. Quando foram encontradas, foi realizado um Print Screen das questões, que foram então salvas em um documento Word.

5. ANÁLISES

Após a análise das questões das provas de Matemática do SAEB dos anos de 1997 e 2009, constatou-se uma tendência em associar a docência predominantemente à figura feminina. Na prova de 2009, das quatro questões que fazem referência à profissão docente, três mencionam "a professora". Esse uso frequente da forma feminina reflete o que Costa, Silveira e Sommer (2003) apontam sobre o currículo como um campo cultural construído que expressa significados e reflete relações de poder. Nesse contexto, o conceito de gênero, segundo Joan Scott, explica como essa construção social, por meio de normas e representações culturais, atribui papéis específicos a homens e mulheres, legitimando posições e profissões de acordo com expectativas tradicionais. Dessa forma, as escolhas de linguagem nas provas contribuem para perpetuar o estereótipo da docência como um espaço feminino, moldando identidades e reforçando papéis tradicionais de gênero.

Nessa mesma avaliação de 2009, em uma questão foi mencionado: "O diretor de um colégio pediu para o professor de matemática [...] Quantos homens tem idade superior ou igual a 22 anos?" Observa-se no enunciado o uso de "o professor", além da menção de "o diretor". Isso nos leva a refletir sobre como a linguagem da prova evidencia e reforça a divisão de papéis baseada no gênero. Uma vez que, enquanto a maioria das questões associa a docência à figura feminina, a única questão que trata de um cargo de gestão o vincula ao masculino. Louro (2020) ressalta que nas escolas públicas, os homens historicamente ocuparam as posições de direção e inspeção, com exceção das instituições religiosas, onde as madres detinham esse papel. Dessa forma, a hierarquia doméstica era reproduzida e reforçada, com as mulheres limitadas às salas de aula e às atividades mais imediatas do ensino, enquanto os homens assumiam o comando e o controle do sistema.

Visto isso, mesmo em um campo majoritariamente feminino, as posições de maior visibilidade e poder, como a de "diretor", continuam sendo predominantemente associadas aos homens, refletindo o currículo como um mecanismo de governança que regula o comportamento social, segundo Munhoz e Hattge (2016). Esse paradoxo, em que as mulheres ocupam a maioria dos cargos de professoras e diretorias nos níveis básicos de ensino, mas os rumos da educação são majoritariamente definidos por homens, evidencia uma dicotomia entre prática e poder.

Além disso, é pertinente refletir sobre a afirmação de que “o simples acesso pode tornar as mulheres iguais aos homens- mas em um mundo ainda definido pelos homens” (Silva, 1999, p. 93). Em outras palavras, mesmo com a presença significativa de mulheres em cargos de liderança, como direções escolares, tal fato não assegura a igualdade de gênero, visto que apenas o “acesso” a essas posições não são suficiente para garantir a equidade, uma vez que as mulheres continuam a atuar em um sistema que mantém o poder simbólico concentrado na figura masculina.

A avaliação de 1997 não traz uma perspectiva muito diferente. No caderno 02 e no caderno 05, todas as três questões que fazem referência à profissão docente mencionam "a professora". Já no caderno 11, das duas questões encontradas, uma faz menção à "professora" e a outra ao "professor", com o seguinte enunciado: “O professor Júlio fez uma pesquisa para saber a idade dos alunos de sua turma [...] Uma tabela que representa o número de alunos por idade a partir dos dados coletados pelo professor Julio é:”

A predominância do uso de "a professora" nos enunciados reflete uma visão tradicional e histórica da docência como uma profissão majoritariamente feminina, perpetuando uma imagem da mulher como principal responsável pela educação do ensino básico, conforme destacado por Ribeiro (2015). Em contraste, a figura masculina aparece em menor proporção, sendo menos associada à educação e, quando presente, tende a ocupar posições de maior autoridade, perpetuando um ciclo de desigualdade na percepção dos papéis de gênero na educação.

Ademais, ao associar os homens a funções de autoridade e as mulheres à docência, o currículo não apenas organiza o conteúdo educacional, mas atua também para reproduzir desigualdades de gênero, como propõem os Estudos Culturais (Costa, Silveira e Sommer; 2003). Assim, ao perpetuar essas representações, as provas do SAEB ajudam a manter uma divisão de papéis sociais, naturalizando posições de poder masculino e reforçando valores tradicionais de gênero que estão presentes no currículo escolar, segundo Costa, Silveira e Sommer (2003).

6. CONCLUSÃO

Com esse estudo, concluímos que esse padrão de representação reflete um estereótipo histórico que associa o ensino, sobretudo nos níveis básicos de escolarização, ao papel das mulheres. A recorrência da "professora" nas questões sugere uma visão normalizada e socialmente aceita da mulher como principal agente do processo educativo, relegando a figura masculina a papéis de gestão, como o de diretor, ou destacando-a em menor proporção como professor.

Esses resultados sugerem que, ao menos no contexto das avaliações do SAEB, a figura feminina não apenas predomina, mas também é reforçada em um papel específico dentro do imaginário da docência. Isso levanta reflexões importantes sobre como os papéis de gênero são projetados e perpetuados em materiais avaliativos- especialmente em larga escala- que têm grande influência na formação e na percepção social da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Saeb: coletânea de documentos de edições antigas: Saeb 2009: Matemática 8ª série do Ensino Fundamental – Cadernos de Prova com Parâmetros*. Brasília, DF: Inep, 2009.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Saeb: coletânea de documentos de edições antigas: Saeb 1997: Matemática 8ª série do Ensino Fundamental – Cadernos de Prova com Parâmetros*. Brasília, DF: Inep, 1997.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 288 p.

CAMOZZATO, Viviane Castro. **Pedagogias do presente**. 2. ed. Bagé: Uergs, 2014. 39 v. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/34268>. Acesso em: 19 out. 2024.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 23, p. 36-61, ago. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782003000200004>.

COSTA, Marisa Vorraber; WORTMANN, Maria Lúcia; BONIN, Iara Tatiana. Contribuições dos estudos culturais às pesquisas sobre currículo: uma revisão. **Currículo Sem Fronteiras**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 509-541, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**:: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 184 p. Disponível em: <file:///C:/Users/70429549474/Downloads/generosexualidadeeeducacaoguaciralopesloouro.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 443-481. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5938611/mod_resource/content/1/GuaciraLopes.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo, cultura e formação de professores. **Educar em Revista**, [S.L.], n. 17, p. 39-52, jun. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.218>.

PEREIRA, Luiz. **A escola numa área metropolitana : crise e racionalização de uma empresa pública de serviços**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1967. 148 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**:: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

RIBEIRO, Márcen de Pádua. História da formação de professores no Brasil colônia e império: um resgate histórico. **Temporalidades**: REVISTA DE HISTÓRIA, Belo Horizonte. v. 7, n. 2, p. 410-434, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5635>. Acesso em: 24 out. 2024.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 19 out. 2024.

SILVA JUNIOR, Alcidesio Oliveira da. Na esperança de um beijo eu me aqueço...: videoclipe e a afirmação da vida por meio de um currículo-performance. In: CAMAZZATO, Viviane Castro; IGNÁCIO, Patrícia (org.). **Pedagogias fora e dentro**

da escola. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023. p. 01-249. Disponível em:
<https://www.pimentacultural.com/livro/pedagogia-fora/>. Acesso em: 27 out. 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **DOCUMENTOS DE IDENTIDADE:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 156 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O CURRÍCULO COMO FETICHE:** uma introdução às teorias do currículo. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização::** a implantação da escola primária graduada no estado de são paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 2004. 304 p.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, [S.L.], n. 17-18, p. 81-103, 2002. FapUNIFESP (SciELO).
<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-83332002000100003>.